



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12123 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

DOS DISCURSOS SOBRE “JUSTIÇA SOCIAL” PRODUZIDOS PELO MOVIMENTO PELA BASE AO CONCEITO DE “EQUIDADE” NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC, 2017 e 2018)

Bárbara de Carvalho Ortega - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Fabiany de Cássia Tavares Silva - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

DOS DISCURSOS SOBRE “JUSTIÇA SOCIAL” PRODUZIDOS PELO MOVIMENTO PELA BASE AO CONCEITO DE “EQUIDADE” NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC, 2017 e 2018)

O tema da equidade está presente no debate sobre a justiça social, mas distante das premissas em que entendemos tal justiça possível, isto é, das lutas pela distribuição de riquezas e melhoria das condições de vida, fundada no enfrentamento das questões da diferença e na superação da injustiça. Isto porque, tornado motor de discursos operados por parcerias de instituições privadas, registradas como apartidárias, que desde 2013 se dedicam a apoiar a construção e implementação de uma base curricular de qualidade para as etapas da Educação Básica pública: Movimento pela Base. Neste lugar, projetado na perspectiva de que todos os alunos devem ter as mesmas oportunidades de aprendizagem, independentemente de suas desigualdades ou diferenças, agregando a ideia de “direitos à aprendizagem” de cada um e a pedagogia das competências, para tornar os indivíduos adaptáveis à realidade.

Isto posto, nos deparamos com defesas da democracia e da supressão das desigualdades educacionais, tornados objetos da culpabilização do Estado, que não alcançou a qualidade educacional prometida tampouco o fortalecimento da democracia, o que nos leva a questionarmos a concepção de justiça defendida pelo Movimento pela Base, próxima da meritocracia escolar. Dito isso, nesta pesquisa, analisamos os discursos produzidos em

mercado simbólico, representativo do processo de reorientação curricular brasileiro, que mobilizam os conceitos de equidade, desigualdades e diversidade, por meio de análise documental do texto produzido pelo Movimento pela Base intitulado “Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum” (2015) e da BNCC (2017, 2018), a partir de um cruzamento dos referenciais críticos do currículo e das contribuições bourdesianas.

Analizamos que a BNCC (BRASIL, 2017; 2018) anuncia-se como uma forma de garantir oferta de um currículo uno, pautado na equidade, motor da superação das desigualdades. A equidade figura como princípio, sem origem explícita, mas com o compromisso de suprimir as discriminações sociais, além de “reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes” (idem., p. 15). Tal reconhecimento, permite a superação das desigualdades e o alcance da “igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas” (idem, p. 15), pela construção de currículos por cada Estado e Município.

Estes discursos informam o vínculo entre equidade e supressão das desigualdades e, equidade e respeito à diversidade. Em relação às desigualdades, não encontramos o conceito, mas sua ligação com as relações de poder e discriminações, e a afirmação de que a BNCC é essencial para suprimir as desigualdades educacionais no Brasil. A diversidade, apesar de ser muito citada na BNCC, informando 3 das 10 competências gerais para a Educação Básica, não teve seu significado explicitado, tendo sido compreendida como diferença, riqueza do país ou fonte de desigualdade. Estes discursos da BNCC encontram fundamento no documento produzido pelo Movimento pela Base (2015), caracterizado como “conceitual”, o qual não discutiu meritocracia, diversidade e igualdade, conceitos históricos nas análises da educação. A equidade foi colocada como garantia da BNCC, por ofertar “uma parte comum do currículo” (MOVIMENTO PELA BASE, 2015, p. 2). As desigualdades foram identificadas como consequências de falhas do sistema educacional, quando as críticas bourdesianas apontam desde a década de 1960 para o contrário.

Diante das análises, identificamos que ambos os documentos não mencionaram a meritocracia, o que aponta para uma falta de crítica à igualdade de oportunidades. Também não registraram conceitos, mas contém princípios que fundamentam discursos sem qualquer fundamentação plausível (filosófica, sociológica etc.). Na equidade, apreendemos o sentido da oferta de igualdade de oportunidades, do respeito à diversidade e da diferenciação pedagógica, quando se responsabiliza Estados e Municípios pela garantia da justiça educativa prometida.

Vale dizer, que tal apreensão no que se refere a educação, situa-se em transformações sofridas pelos lugares conceituais da equidade e desigualdade, na posse do capitalismo financeirizado, que busca na responsabilização dos Estados e Municípios o alcance da “ditadura do sucesso” (APPAY, 2005). Especificamente a democracia, alicerce para o debate destes conceitos, encontra-se, por um lado, como utopia, que permite sonhar e lutar por um mundo melhor e, de outro lado, como política pública que democratiza o “comum” (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 271), historicamente definido e que deve ser “inapropriável”. No contexto em que vivemos, o inapropriável sucumbi ao modelo de justiça da igualdade de oportunidades (DUBET, 2011), uma vez que não se questiona a falta de vagas no jogo, mas as regras para se competir nele.

Quando todos são concebidos como iguais e livres para competir, faz-se necessário o mérito, como único critério justo para avaliar os competidores. Respondendo a este cenário, as políticas públicas educacionais operam pela meritocracia escolar, que ignora as influências da origem social na trajetória escolar, fazendo que assimetrias de origem cultural se transformem em desigualdades escolares, que legitimam as primeiras. Nesta perspectiva, também é necessário a valorização da diversidade, para uma competição justa.

Compreendendo que os conceitos são reconfigurados pela lógica concorrencial no neoliberalismo, com interpretações fracas para a democracia, destacamos que desde final do século 20, se assiste uma hipervalorização da diversidade cultural, promovendo uma substituição de políticas de redistribuição pelas de reconhecimento, construindo um pluralismo cultural, não emancipatório (FRASER, 2006).

Dessa forma, nos mercados simbólicos, organismos internacionais são autorizados por uma doxa, informada por ideias originais do campo econômico para o educativo em forma de evidências (BOURDIEU, 2009). Neste modelo, se busca equidade, de forma a permitir que todos possam ter condições iguais de concorrer. Condições oportunizadas pelos discursos da globalização, das transformações significativas no mercado de trabalho e das pautas identitárias.

“A economia moral das injustiças se desloca, então, no sentido dos indivíduos e de sua responsabilidade” (DUBET, 2020, p. 52) nos levando a uma concepção de justiça individual, deslocando as políticas públicas, uma vez voltadas para a igualdade, agora, para a equidade. Por ser cada vez mais complexo oferecer igualdade em um mundo individualizado, busca-se atender interesses individuais, nos distanciando de questões coletivas.

Palavras-chave: BNCC; Movimento pela Base; justiça social; equidade.

REFERÊNCIAS

APPAY, Beatrice. **La dictature du succès – le paradoxe de l’autonomie contrôlée et de la précarisation**. Paris, L’Harmattan, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Ed. Perspectiva.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017 e 2018.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social: revista de Sociologia da USP**, v. 27, n. 1, p. 261-273, 2015.

DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**: as desigualdades agora se diversificam e se individualizam, e explicam as cóleras, os ressentimentos e as indignações de nossos dias. São Paulo: Vestígio, 2020.

DUBET, François. **Repensar la justicia social**: contra el mito de la igualdad de oportunidades. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era “Pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

MOVIMENTO PELA BASE. **Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum**. 2015. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/04/necessidade-e-construcao-base-nacional-comum.pdf>